

**O PAPEL DAS COALIZÕES DE DEFESA NOS RUMOS DA POLÍTICA  
COMERCIAL EXTERNA BRASILEIRA: DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA  
AO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA**

**THE ROLE OF ADVOCACY COALITIONS ON BRAZILIAN FOREIGN  
TRADE POLICY: FROM THE NEGOTIATIONS OF FTAA TO THE  
ASSOCIATION AGREEMENT MERCOSUR-EUROPEAN UNION**

*Ricardo Dias da Silva*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Na esteira das diferentes orientações e visões de mundo que se manifestam no trade policy-making, o artigo se propõe a lançar luz sobre alguns pontos da complexa inter-relação entre atores estatais e sociais em função das negociações comerciais internacionais. Para tanto, o referencial teórico mobilizado é o advocacy coalition framework (coalizões de defesa), que aporta uma leitura atinente à transversalidade da problemática em tela, que implica múltiplos atores e conflitos em torno de objetivos, metas e mecanismos da ação pública. A incidência de efeitos distributivos domésticos relacionados às decisões de política comercial externa alimenta a mobilização política dos atores sociais em prol da acolhida de seus interesses e axiomas no bojo do policy-making, conforme discutido na sessão um. No caso brasileiro, a conformação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) à guisa das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) são elucidativos nesse sentido e aportam rendimentos analíticos importantes que são desenvolvidos na sessão dois. Em seguida, examina-se o alcance e os efeitos desses processos sobre a própria mobilização política do empresariado e o delineamento de novas polarizações. No item quatro, discute-se o rearranjo na correlação de forças entre as coalizões de defesa do empresariado no marco das negociações comerciais internacionais em favor do agribusiness. Nesse diapasão, o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia é sintomático dessa dinâmica que permitiu ao setor agrícola converter peso econômico em influência política nos últimos anos e coparticipar decisivamente no trade policy-making. Finalmente, apresenta-se algumas linhas de considerações finais e possíveis agendas de pesquisa futuras.

**Palavras-chave:** Áreas de Livre Comércio; Coalizão Empresarial Brasileira; Negociações Internacionais; Agronegócio

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC, Goiânia, Goiás, Brasil. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail do autor: [ridisil@gmail.com](mailto:ridisil@gmail.com). Este artigo é uma versão revisada de trabalho apresentado no 2º Seminário de Relações Internacionais: graduação e pós-graduação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em agosto de 2014. O autor agradece e espera ter acolhido, neste artigo, as lúcidas sugestões levantadas pelo professor Haroldo Ramanzini Júnior (UFU e INCT-INEU).

**ABSTRACT:** In relation to the different guidelines and worldviews that are expressed in the trade policy-making, this article seeks to illuminate some points of the complex interrelation between governmental and social actors towards the international negotiations. Therefore, the theoretical frame mobilized is the advocacy coalition framework, which brings a helpful approach regarding to the transversality of the object, involving multiple actors and conflicts upon objectives, targets and mechanisms of the public action. The incidence of domestic distributive effects related to the trade policy decision-making feeds the social actors political mobilization in order to ensure their interests and axioms to be considered in the policy-making, as discussed at session one. In the Brazilian case, the constitution of Brazilian Business Coalition during the Free Trade American Area negotiations (FTAA) negotiations is illustrative in this sense and provides important analytical clues that are developed at session two. Then, we examine the range and the effects of these processes on the entrepreneur's political mobilization itself and the outline of new polarities among them. At session four, we discuss the rearrange of power balance between the entrepreneur's advocacy coalitions due to international commercial negotiations on behalf of agribusiness. On this path, the Association Agreement between Mercosur-European Union is indicative of this dynamic that allowed the agricultural sector to convert economic significance into political influence in the last years and decisively participate in the trade policy decision-making. Finally, we present some conclusions and possible research agendas on this theme.

**Keywords:** Free Trade Areas; Brazilian Business Coalition; International Negotiations; Agribusiness

### **Introdução: Politização e Coalizões de Defesa no Trade Policy-Making**

Na esteira do debate sobre a aproximação da política externa da esfera da politics e sua conseqüente designação como política pública, o papel desempenhado pela agenda comercial no bojo desse processo é destacada. A partir do momento que a política externa é despida do rótulo de política de Estado, insulada das contingências do sistema político, o pretense interesse nacional invocado como princípio ordenador da formulação de metas, objetivos e mecanismos da política externa cede espaço para uma dinâmica de interesses plurais que disputam espaços no bojo do policy-making.

Assumindo que a política externa tem fortes efeitos distributivos domésticos e as escolhas da agência diplomática tendem a resultar em ganhadores e perdedores (LIMA, 2013), é oportuno problematizar as orientações e estratégias da política comercial externa brasileira à guisa da pluralidade de interesses e agendas que permeiam a sociedade como um todo. Nesse sentido, a seara comercial é ilustrativa

pelo peso prático que as decisões nessa matéria têm sobre os atores econômicos e sociais. Também porque engendra uma relação Estado-sociedade com fronteiras muito mais porosas e que, no Brasil, adquiriu constituency mais precocemente do que outras agendas que perfazem a política externa.

Com efeito, a política comercial externa deve ser tomada num esforço de buscar teórica e metodologicamente “entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22). Além disso, a participação cada vez mais intensa e proativa de atores sociais no debate de ideias, valores e interesses que incidem sobre as escolhas políticas – que também são determinadas pelas disputas inter e intra-burocráticas – revela um panorama de disputas entre projetos políticos distintos para o Brasil e o seu lugar no mundo (MILANI; PINHEIRO, 2013). Portanto, é oportuno problematizar os mecanismos de articulação lançados pelas diversas coalizões para fazer valer a sua visão e como o jogo político no interior do Estado capta e repercute essa dinâmica no policy-making.

Nesse sentido, a dimensão cognitiva que se manifesta no conteúdo das políticas públicas não é trivial. De fato, as crenças, valores e ideias são quesitos de fundamental importância dentro do processo de formulação de qualquer política pública e servem para

“cimentar” os vínculos entre os atores que coalizam-se num determinado subcampo ou subsistema de policy. Tendo em vista a transversalidade da problemática em tela, que implica múltiplos atores (não governamentais e governamentais de diferentes níveis) e conflitos fortemente enraizados em torno dos objetivos, metas e mecanismos da ação pública, sustenta-se que o referencial teórico mais apropriado para compreender alguns traços desse cenário complexo e multidimensionalizado é o advocacy coalition framework<sup>2</sup> (coalizões de defesa) (SABATIER, 2006).

Este modelo propõe uma adaptação da representação pluralista clássica ao sugerir que os grupos de interesse são coalizões amalgamadas por interesses comuns, mas também pela defesa de visões políticas substantivas e de “boa” sociedade. As mudanças e permanências nas políticas seriam resultado das

---

<sup>2</sup> Não existe uma expressão consagrada em português para traduzir advocacy coalition framework. Souza (2006) e Marques (2013) adotam “coalizões de defesa”, outros usam “coalizões de advocacy” (FARIA, 2003; Grisa (2011) fala em “coalizões de causa” e Santos (2011) se vale de “coalizões de interesses”.

interações e conflitos entre coalizões de defesa no interior de cada subsistema de políticas, por sua vez em interação com outros subsistemas. As ideias defendidas por uma dada coalizão envolvem representações em três níveis superpostos: (a) deep core, que correspondem aos valores, crenças e axiomas ontológicos e normativos fundamentais; (b) policy core, referente a um núcleo duro de crenças sobre as políticas que fornece princípios fundamentais ligados àquele subsistema de políticas; e, por fim, (c) as estratégias e ferramentas operacionais de política de caráter mais epidérmico e secundário que dão praticidade ao nível anterior (MARQUES, 2013).

Embora possam se estabelecer acordos e compromissos entre coalizões, a tônica do relacionamento entre elas é dada pelo conflito: cada qual tenta impor suas preferências e realizar seus princípios de ação coerentes com os respectivos sistemas de crenças. No geral, cada subsistema de política pode contar com até quatro coalizões de defesa, sendo que em grande parte das áreas/setores é comum a existência de apenas duas grandes coalizões. Por vezes emerge uma coalizão dominante que consegue impor sua visão na formação das políticas públicas por meio do emprego a contento dos recursos disponíveis (dinheiro, expertise, apoios políticos, etc.) (GRISA, 2011). Entretanto, essa primazia é sempre precária e a distribuição de forças entre coalizões de um subsistema está sujeita a perturbações externas motivadas por três razões principais: transformações no ambiente econômico e político mais amplo (alianças governamentais, crises e impactos de outros subsistemas); mudanças na agências e burocracias que regem o setor; e por aprendizado de políticas (policy learning) (MARQUES, 2013).

Um componente decisivo para o desempenho de uma coalizão de defesa são suas ramificações no aparelho estatal. Os burocratas, gestores públicos e políticos em geral podem tanto alentar como obstar a realização do policy core de dada coalizão no conteúdo das políticas públicas. Para Alden e Aran (2012) a agenda da política comercial externa é especialmente sobredeterminada pela influência de fatores domésticos quanto mais o seu policy-making é aberto à participação das burocracias de ministérios e agências de fora do circuito diplomático mais restrito. Ora, a maior participação de outros órgãos de Estado, os quais, não há como negar, são mais permeáveis às injunções da politics, traz à reboque os valores e preferências das coalizões políticas que formam e dão sustentação ao governo,

alcançando o plano da definição do conteúdo da política externa (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Sob esse prisma, continuam Milani e Pinheiro (2013), esse quadro de politização é açodado à medida que os ministérios domésticos expandem sua área de interesse para assuntos de natureza externa. Por outro lado, merece destaque o fato de que o processo decisório da política externa brasileira, em larga medida, permanece sob a chancela do Itamaraty. Até mesmo as negociações financeiras internacionais, que há décadas estão a cargo do Ministério da Fazenda, têm participação de diplomatas em seus trâmites e, em alguma medida, estão à mercê da batuta do MRE. Diferentemente de países como México e Índia, o Brasil não removeu o policy-making da política comercial externa do leque de atribuições concentradas pela agência diplomática de cunho político. Embora a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) desempenhe papel decisivo na regulação das questões relativas aos fluxos comerciais internacionais e seja um *locus* privilegiado para a intervenção dos ministérios domésticos (CASON; POWER, 2009), o Itamaraty reserva para si o papel político central de conduzir as negociações comerciais internacionais e a representação do país nos fóruns e arenas bilaterais e multilaterais ligados ao tema.

Mas o movimento por maior participação no design da política comercial externa por parte de outros atores encorajou o Itamaraty a realizar importantes aberturas junto à sociedade ao longo das últimas décadas. No início da década de 1990, foram estabelecidos o Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores (MRE), O Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, a Seção Nacional de Consulta sobre a União Europeia e o Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e de Serviços (OLIVEIRA; MILANI, 2012). Assiste-se, a partir daí, a uma expansão no leque de atores estatais e não estatais capazes de influenciar o trade policy-making, os quais tiveram nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas seu elemento catalisador.

A criação da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Área de Livre Comércio das Américas (Senalca) em 1996, e da congênere Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia (Seneuropa) em 2001, são marcos indelévels desse processo. Muito embora as conversações entre o bloco sul-americano e europeu tenham tido precedência à Alca (cf. OLIVEIRA; MILANI, 2012, loc. cit.), esta

última foi responsável por concatenar esforços pioneiros de mobilização internacional do empresariado por meio do estabelecimento do Fórum Empresarial das Américas em 1995. Mais do que isso, as ideias-força e visões de mundo presentes nos ímpetus de integração intrabloco divergem do projeto hemisférico da Alca e “racham” o empresariado em diferentes segmentos. As coalizões de defesa de que resultaram aquela conjuntura passaram a atuar no trade policy-making a fim de ditar os rumos da integração competitiva brasileira sob a égide de sistemas de crenças contrapostos.

### **Coligar para Influenciar: Gênese e Institucionalização da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)**

A conjunção entre liberalização política e abertura econômica recém instaurada no Brasil e logo abruptamente acelerada no limiar dos anos 1990 teve impacto substancial no padrão de mobilização e articulação de diversos segmentos sociais. Muito embora o argumento aqui desenvolvido não compactue com a tese da histórica debilidade política do empresariado<sup>3</sup> – referente a uma suposta incapacidade crônica de ação coletiva – é fato que, somente após a inflexão liberal daquele período, esse segmento se mostrou capaz de superar obstáculos em prol de objetivos comuns que vieram à tona diante da possibilidade de ampliação da abertura comercial em face das negociações internacionais (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006).

Os antecedentes do Fórum Empresarial das Américas e da Senalca concorreram para a criação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) em 1996, que se firmaria como legítima representação de cúpula do empresariado brasileiro em processos de negociações comerciais internacionais (COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA, 2005). Sendo assim, já na Reunião Ministerial de Belo Horizonte em 1997 – a terceira rodada das negociações – a participação do empresariado brasileiro, sob os auspícios da CEB, foi surpreendente: o número de presentes foi quatro vezes maior que o de norte-americanos, invertendo a lógica de predominância estadunidense que vigorava até então.

---

<sup>3</sup> Uma discussão aprofundada sobre a tese da debilidade política do empresariado brasileiro e as visões alternativas a esse paradigma pode ser encontrada em Mancuso e Oliveira (2006).

Quadro 1 – Principais Membros da Coalizão Empresarial Brasileira na Reunião Ministerial de Belo Horizonte (1997)

<b>Confederações Nacionais</b>
Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
Confederação Nacional das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)
Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)
Confederação Nacional do Comércio (CNC)
Confederação Nacional dos Transportes (CNT)
<b>Associações setoriais</b>
Associação Brasileira da Indústria de Alimentação (ABIA)
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)
Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (ABITAM)
Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)
Associação Brasileira da Indústria da Indústria Farmacêutica (ABIFARMA)
Associação Brasileira da Indústria da Indústria Química (ABIQUIM)
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Associação Brasileira do Alumínio (ABAL)
Associação Brasileira dos Produtores de Ferro-ligas (ABRAFE)
Associação Brasileira dos Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas (ABRAFAS)
Associação Brasileira da Indústria dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ)
Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças (ABRASEM)
Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS)
Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF)
Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANPFPC)
Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA)

Fonte: Coalizão Empresarial Brasileira (2005).

Ainda que tenha configurado um despertar reativo e essencialmente defensivo dos setores do empresariado brasileiro, a CEB logrou aproveitar a janela de oportunidade aberta pelos recém criados mecanismos de consulta e participação de atores não estatais para influenciar os tomadores de decisão da política comercial externa na definição da estratégia negociadora do país (OLIVEIRA; MILANI, 2012). Desse modo, foi a primeira entidade organizada para, sistematicamente, receber e coordenar aportes do setor privado com vistas a exercer influência direta junto ao governo num tema específico: negociações comerciais internacionais.

Por seu turno, o governo também abandonou a estratégia de oposição e não-engajamento inicialmente dedicada ao mandato negociador da Alca à guisa da percepção de que o acordo avançava rapidamente à sua revelia e poderia ser concretizado mesmo sem a participação brasileira. Portanto, o risco maior era permanecer alijado do processo. A partir daí, a estratégia passou a ser “retomar o

volante” e tentar influenciar as negociações em prol dos interesses do Brasil (PIZZETA, 2005). Na Reunião de Belo Horizonte, o envolvimento mais proativo de empresários e burocratas brasileiros permitiu acertar questões relativas à metodologia de trabalho adotada no processo negociador e, grosso modo, decidiu-se que dali em diante se iria deliberar sobre os pontos específicos da pauta.

Desde logo ficariam evidentes as limitações da CEB em harmonizar as demandas dos diversos setores produtivos e apresentar ao governo uma posição unificada em nome de todo o empresariado nacional. Assim, “posicionamentos defensivos e ofensivos eram debatidos no âmbito da CEB, que apresentava ao governo, nos comitês de consulta, os pontos consensuais e os dissensos da agenda de negociação, cabendo ao MRE arbitrar sobre que posição tomar diante de interesses setoriais irreconciliáveis” (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p. 381). Nesse sentido, o processo de abertura do trade policy-making em direção à sociedade reificou e fortaleceu a centralidade da agência diplomática e, portanto, os valores e visões de mundo dominantes no jogo político são aqueles presentes tanto no ideário das coalizões políticas influentes mas também que interpenetram e são respaldados pela burocracia que rege as decisões naquele campo.

Vale mencionar que a burocracia do MRE caracteriza-se como uma corporação profissional altamente especializada, que até pouco tempo praticamente monopolizava a expertise nos assuntos internacionais, gozando de grande prestígio no interior da máquina pública, na sociedade em geral e também no exterior. Um fator decisivo nesse panorama é que o Itamaraty consiste num dos ministérios mais fechados às nomeações políticas, já que poucos cargos do serviço diplomático brasileiro podem ser ocupados por pessoas de fora da carreira (FARIA, 2012). Mas essa “blindagem” das injunções da politics encerra em si outros efeitos, dentre os quais destaca-se o caráter de permanência das narrativas e pressupostos de orientação programática.

Com efeito, a política externa brasileira é tradicionalmente marcada pela defesa da industrialização protegida, pela demanda por tratamento diferencial e por exceções às regras do regime internacional de comércio. Sob o signo dessas diretrizes não haveria, a priori, nenhum setor econômico penalizado pelos resultados das negociações comerciais; a industrialização era uma ideia-força tida como bem coletivo e, por isso, uma meta a ser perseguida sistematicamente. Nessa



conjuntura, “os agentes diplomáticos representavam de jure e de facto o interesse coletivo pelo desenvolvimento industrial” (LIMA, 2000, p. 294).

Porém, a fase mais recente de integração competitiva que deflagrou o contundente ingresso do Brasil na era da globalização econômica solapou as bases desse status quo: “mudanças internacionais e domésticas vão tornar inviável o exercício desse papel prévio dos agentes diplomáticos de representantes da coalizão industrializante (LIMA, 2000, p. 294).

Nas negociações da Alca, ao fim e ao cabo, estava em jogo a própria estratégia de desenvolvimento nacional. Desta feita, não surpreende o fato de que a mobilização do empresariado que culminou com a criação da CEB foi encabeçada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) (PIZZETA, 2005). O bloco hemisférico era percebido, em larga medida, como uma renúncia ao projeto industrializante levado a cabo a duras penas desde meados do século XX. Todavia, o ambiente econômico e político mais amplo havia mudado consideravelmente e, desse modo, essa estratégia não mais se transmutava num autômato interesse nacional. Por fim, essas contradições acabam por penetrar nos canais de participação e debate abertos à sociedade pelo Itamaraty tendo como mote a agenda comercial. Logo, a ação coletiva lançada pela Coalizão Empresarial Brasileira serviu de plataforma para a cristalização de coalizões de defesa integradas por diferentes facções do setor privado e respectivos representantes na burocracia em disputa pelo significado a ser assumido pela integração competitiva da economia brasileira.

### **Sob a Lógica do Dissenso: Fragmentação da CEB e Reconfiguração de Forças**

A vinculação da CEB à CNI vai além do papel de coordenação que esta exerce sobre aquela. A própria secretaria da Coalizão localiza-se junto à “Unidade Internacional” da CNI, dedicada aos assuntos de interesse da instituição referentes a comércio exterior e negociações comerciais. Além disso, os três funcionários responsáveis por esta Unidade (uma coordenadora e dois consultores) são também os funcionários da secretaria da CEB, desempenhando funções para ambas entidades. Os gastos com pessoal e manutenção da estrutura são integralmente mantidos pela CNI, sem qualquer contribuição dos demais membros da coalizão (PIZZETA, 2005).

Conforme previamente discutido, a CEB é tributária de um movimento de reação dos setores empresariais, notoriamente dos industriais. No geral, esse segmento já havia sido beneficiado pelo processo de integração regional do Mercosul e não estava disposto a perder os mercados recém-conquistados. Esse receio se materializava no horizonte da Alca pela preponderância a ser exercida pela economia norte-americana no seio do bloco, de tal sorte que foi catalisador para uma conjuntura peculiar: a aproximação da agenda patronal com a

dos sindicatos. “A manutenção da proteção e dos lucros dos empresários significava a existência do emprego, particularmente o industrial, defendido pelos sindicatos” (OLIVEIRA, MILANI, 2012, p. 380).

Esse prognóstico de perdas substanciais ganhou ainda mais força com as várias medidas econômicas de cunho liberalizante adotadas logo no início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. As diversas manobras da cúpula governista nesse ínterim ensejaram uma leitura de que essa disposição poderia indicar também uma estratégia de adesão irrestrita à Alca como parte do conjunto de medidas encampadas com vistas a assegurar a estabilidade macroeconômica. Entretanto, as perdas potenciais não eram, nem de longe, uniformemente distribuídas pelo setor produtivo. Muito pelo contrário, haviam setores amplamente beneficiados por aquela conjuntura.

Dentre eles, destacam-se o setor agrícola e as indústrias têxtil e calçadista. Essa tríade apresentava as posições mais ofensivas em prol de maior liberalização no âmbito da Coalizão. Por vezes, os representantes das indústrias têxtil e calçadista eram até mais enfáticos nessa direção do que o agribusiness (PIZZETA, 2005). Progressivamente, foi sedimentada a fratura interna da CEB que repercutia nas posições dúbias repassadas ao Itamaraty nos fóruns consultivos. Sob a ótica do nosso argumento, formaram-se coalizões de defesa no interior da Coalizão. Com efeito, a CEB criou um ambiente favorável para a coordenação dos interesses empresariais e galgou ampla legitimidade junto ao governo. Não obstante, a abrangência multisetorial e nacional da Coalizão converteu-a, ao mesmo tempo, num lócus privilegiado de articulação entre diferentes setores produtivos que até então tinham diálogo diminuto.

A rigidez da estrutura de representação de interesses no Brasil, essencialmente calcada em organizações de tipo corporativo – sindicatos, federações e confederações – tende a dificultar a construção de programas comuns

entre setores produtivos diversos (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006). Daí o sucesso da CEB como espaço de coordenação abrangente ter fomentado, em paralelo, a formação de coalizões de defesa dissidentes da proposta original essencialmente defensiva que caracterizou a emergência da Coalizão. Pode-se dizer, então, que os componentes de imprevisibilidade e não intencionalidade, que se fazem sentir em maior ou menor grau em qualquer policy-making, se somaram às injunções sistêmicas para compor um quadro em que a correlação de forças internas sofre reconfigurações determinantes para os rumos da ação pública.

Já na Reunião Ministerial de Belo Horizonte em 1997 era possível identificar as feições das coalizões de defesa que se opunham dentro da CEB: de um lado um bloco alinhado com um ideário mais protecionista, que englobava também setores que queriam uma integração, porém cautelosa e gradativa; por sua vez, havia outro bloco congregando setores produtivos mobilizados por uma integração competitiva profunda e abrangente. Convém salientar que essa dualidade não estava presente só nas negociações da Alca, mas também passou a ter lugar no bojo das negociações multilaterais da OMC. Tal qual um continuum, esses fatores foram se avolumando e interpenetrando de modo a atribuir maior poder à coalizão mais liberalizante.

A mudança de perfil da CEB já estava praticamente sacramentada no Fórum Empresarial das Américas de Toronto em 1999, uma vez que nas rodadas precedentes “a ação do setor agrícola havia sido mais tímida do que a dos setores mais protecionistas da indústria, mas com o tempo os representantes daquele setor passaram a ser muito mais propositivos. Com isso, os interesses do setor agrícola passaram a ganhar mais voz dentro da Coalizão” (PIZZETA, 2005, p. 86). Nesse momento, os subsídios agrícolas e barreiras norte-americanas aos produtos agroindustriais do subcontinente estavam entre os temas mais sensíveis do mandato negociador, criando um imbróglio para o avanço do processo e uma radicalização das posições no que se refere às coalizões de defesa do empresariado brasileiro.

A recusa do Estados Unidos em liberalizar o acesso ao seu mercado de produtos agrícolas levou os representantes do agribusiness na CEB a se aproximarem dos setores mais protecionistas (COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA, 2005). No entanto, isto não significou qualquer flexibilização ou recuo na agenda ofensiva e liberalizante do setor agrícola; pelo contrário, somente interessava um acordo ‘o mais profundo possível’ e, sem as concessões norte-

americanas, a Alca simplesmente não valia a pena (PIZZETA, 2005). Diante desse quadro, a coligação entre setor agrícola, calçadista e têxtil arrefeceu e seguiu pari passu ao impasse que se instalou no mandato negociador como um todo. “Na Reunião Ministerial de Miami, em novembro de 2003, definiu-se uma nova visão para as negociações do acordo da Alca, que passavam a ser estruturadas em três conceitos: equilíbrio, abrangência e flexibilidade” (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p. 380).

Efetivamente, as ambições da Alca foram sensivelmente reduzidas e essa fase derradeira ficou conhecida como Alca à la carte ou Alca light. A posição sui generis do agribusiness enquanto demandante de liberalização e, simultaneamente, descontente com os rumos das negociações hemisféricas foi responsável por impulsionar transformações importantes nas percepções e ações programáticas do setor, orientadas pela assunção de um projeto político diferente do setor industrial e que tinha nas negociações comerciais uma arena de singular relevância.

Nesse sentido, três movimentos do setor foram relevantes: a criação de um fórum específico de articulação de suas demandas, independente da Coalizão Empresarial Brasileira; a instituição de um órgão que reunisse expertise na área de negociações internacionais e que pudesse subsidiar o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o MRE (Ministério das Relações Exteriores), com propostas fundamentadas tecnicamente; e a participação direta na formulação de propostas que seriam encaminhadas ao governo para balizar a posição brasileira nas negociações em agricultura (CARVALHO, 2010, p. 418, grifo nosso).

Em primeiro lugar, criou-se o Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais em 1999 sob a coordenação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e contando com a participação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que logo se converteu no principal veículo de articulação e participação do setor nas negociações. Apesar do fato de estar formalmente fora da Coalizão, as propostas contidas nos documentos produzidos por esse fórum vieram a integrar as posições enviadas pela CEB ao governo. Porém, em vista do malogro nos encaminhamentos da Alca, os esforços do setor agrícola concentraram-se na agenda multilateral da OMC e, principalmente, na nova senda aberta pelo lançamento das negociações para a formação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia

com base no Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-UE em vigor desde 1995 (PIZZETA, 2005).

Essa guinada rumo à União Europeia foi o divisor de águas que marcou a cisão que, com maior ou menor força, se faz sentir ainda hoje na representação de interesses e nas narrativas político-normativas do empresariado brasileiro. O agribusiness se firmou como um setor que logrou converter seu peso econômico crescente em ganhos políticos no que se refere ao poder de agenda e de influência sobre a ação pública. Tal proeminência concorreu para firmar a posição negociadora brasileira sob a tese de que, sem concessões dos países desenvolvidos em matéria de agricultura, não haveriam avanços em nenhuma das frentes da agenda de liberalização comercial. Essa tônica contribuiu para malfadar a Conferência Ministerial de Cancun da OMC em 2003, descontinuar os trâmites da Alca em 2004 e também para amainar o ritmo das negociações do acordo Mercosul-UE.

### **Coalizão pelo caminho e o caminho sem coalizão: novos atores, agendas e ideias**

As negociações entre Mercosul e União Europeia foram desencadeadas à sombra da Alca e da Rodada Doha da OMC. No bojo de uma estratégia de negociação em três trilhos, a política comercial externa brasileira focou o “âmbito do regime multilateral de comércio

(primeiro trilho), combinado com um regionalismo em dois tempos, um de ampliação e aprofundamento da integração regional na América do Sul (segundo trilho) e outro de negociação de acordos regionais fora da região (terceiro trilho)” (OLIVEIRA; MILANI, 2012, p. 378). Com efeito, os impasses instalados no regime multilateral e na agenda de integração no Cone Sul permitiram uma maior apreciação sobre as negociações que compõem o terceiro trilho. Com exceção da Alca, que rebate nos dois últimos trilhos e fomentou mobilização política e social ímpar no país, foi a partir desse dilatamento da agenda comercial que foi possível o estabelecimento de outras parcerias.

#### **Quadro 2 – Acordos Preferenciais de Comércio dos quais o Brasil Participa com Países de fora da América do Sul**

<b>Acordo</b>	<b>Assinado em:</b>	<b>Em vigor desde:</b>
Mercosul-Palestina	Dezembro de 2011	-
Mercosul-Egito	Agosto de 2010	-
Mercosul-SACU <sup>4</sup>	Dezembro de 2008	-
Mercosul-Israel	Dezembro de 2007	Abril de 2010
Mercosul-Cuba	Julho de 2006	Julho de 2007
Mercosul-Índia	Março de 2005	Junho de 2009
Brasil-México	Agosto de 2002	Setembro de 2002

Fonte: MDIC. Elaboração própria do autor.

Além da prioridade atribuída às relações Sul-Sul, principalmente no período pós- 2003, vale lembrar que o Mercosul possui acordos de preferência comercial ou de livre comércio com todos os países da América do Sul. Todavia, as negociações entre Mercosul e UE também se inserem nessa lógica de promoção de um tipo de integração competitiva envolvendo todo o Cone Sul. O interesse de ambas as partes levava em consideração as possíveis perdas de competitividade e margens de preferência caso a Alca fosse, de fato, concretizada (OLIVEIRA, 2012a). Em todo caso, os negociadores brasileiros utilizaram as propostas dos norte-americanos para pressionar os negociadores europeus a avançarem em suas ofertas no Acordo Mercosul-União Europeia (PIZZETA, 2005).

Em alguma medida, as negociações com a UE serviram para contrabalançar o peso dos Estados Unidos no âmbito das conversações sobre a Alca. Além disso, no seio da diplomacia brasileira prevalecia a percepção de que o Acordo com a Europa era muito mais palatável do que o projeto Alca (ONUKEI, 2012). Parte disso encontra fundamento no próprio escopo do acordo de associação – que prevê maior aproximação em termos de políticas, cooperação e investimentos – bem como nas dificuldades enfrentadas em se tratando de negociações com os EUA (TOMAZINI, 2011). Seja como for, as visões de mundo que permeiam a burocracia do Itamaraty foram decisivas para instaurar e levar adiante as tratativas de integração entre os blocos.

---

<sup>4</sup> Sigla em inglês para a União Aduaneira da África Austral, composta por África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia.

Contudo, o aspecto burocrático não explica, per se, toda a miríade de valores e interesses envolvidos nesse íterim. A importância da UE para o Brasil é notável, já que os fluxos comerciais entre eles estão na ordem de 61,9 bilhões de euros, equivalente a 21,3% da corrente de comércio brasileira em 2010. Mais ainda, o bloco europeu é o maior investidor estrangeiro no país, com investimentos acumulados em torno de 131,9 bilhões de euros, correspondentes a 49,2% dos investimentos estrangeiros aplicados no Brasil em 2010 (OLIVEIRA, 2012a). Contudo, o ponto nevrálgico é que um acordo entre os blocos teria ganhos potenciais concentrados no setor agrícola brasileiro, mesmo em face da indisposição europeia em reduzir os subsídios previstos pela Política Agrícola Comum (PAC) e de deixarem de fora das concessões de acesso a mercado produtos sensíveis como carne bovina, fumo, frutas, lã, trigo e açúcar (DELGADO, 2007).

Mesmo assim, o agribusiness brasileiro alia-se ao segmento mineiro-exportador, revitalizando a coalizão mais liberalizante formada no seio da CEB, em prol de um acerto com a UE. Nessa conformação, ficou evidente que a exportação de commodities era o elo de ligação que fundamentava a ação coletiva desses dois setores. Todavia, a articulação dessas demandas liberalizantes junto à agência diplomática ficou a cargo essencialmente do setor agrícola. Além da criação do Fórum de Negociações Agrícolas Internacionais, o agribusiness fortaleceu sua participação nas agendas da política comercial externa por intermédio Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais<sup>5</sup> (Ícone), think tank instituído em 2003 e que, recentemente, passou a se chamar Agroícone.

Os responsáveis pela criação do Ícone e os técnicos deste instituto passaram a frequentar assiduamente as reuniões, consultas e conferências organizadas pelo governo (MAPA e MRE à frente) e também pela própria CEB, onde conquistaram cada vez mais espaços (PIZZETA, 2005; CARVALHO, 2010). Toda essa conjuntura teve reflexos nos trabalhos da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relacionados à Associação Inter-regional Mercosul-União Europeia (Seneuropa), com diferenças acentuadas em relação à congênere Senalca. Em ambas arenas o setor privado “encontrou caminhos de interação em defesa de seus interesses e visões sobre a participação do Brasil em acordos comerciais internacionais”

---

<sup>5</sup> “Integrado por especialistas em agricultura, política comercial e negociações internacionais, o instituto se transformou, em pouco tempo, em um interlocutor relevante do Mapa e do MRE” (CARVALHO, 2010, p. 418).

(OLIVEIRA; MILANI, 2012). Porém, o empenho diferencial da CEB nessas negociações é elucidativo do quadro de fragmentação da representação de interesses do empresariado brasileiro frente à ascensão da coalizão liberalizante liderada pelo agribusiness.

De fato, a agenda de negociações da Alca, em geral, atraía mais atenção do setor protecionista do que aquela em pauta nas negociações entre Mercosul e UE (OLIVEIRA, 2012a). Ipso facto, as posições da CEB na Senalca eram muito mais contundentes do que na Seneuropa. A postura mais reticente da Coalizão no âmbito das negociações Mercosul-UE pode ser tomada a partir de duas entradas: i) os mecanismos de articulação lançados pelo agribusiness ao largo da CEB foram suficientemente efetivos para fazer valer suas ideias junto aos negociadores brasileiros; ii) o conflito interno na CEB foi açodado pelo fortalecimento dos setores exportadores de commodities de modo a exigir uma postura mais flexível e genérica.

Parece-nos plausível que ambos movimentos concorreram para tal status quo, já a determinação do grau de influência de cada vetor é mais polêmica. Por certo, há um efeito de reciprocidade entre eles que permite deduzir que, efetivamente, ocorreu um rearranjo de forças entre as entidades representativas e os respectivos setores do patronato que abriu novos espaços de interlocução junto ao Estado e recrudescer o conflito interno na CEB. Por conseguinte:

Esse novo equilíbrio das posições internas da Coalizão ficou evidente nas negociações do acordo Mercosul-União Europeia. No ano de 2004, prazo definido para o término das negociações, o empresariado da indústria chegou a criticar o fato de que a Coalizão estaria se tornando uma organização excessivamente vinculadas aos interesses do setor agrícola e propôs a criação de uma Coalizão somente da indústria (PIZZETA, 2005, p. 90).

Mas, do mesmo modo que as injunções do ambiente político e econômico mais amplo tiveram papel decisivo no fortalecimento da coalizão de defesa mais liberalizante, outras mudanças estruturais também determinaram o destino das negociações comerciais internacionais. Sem dúvida, a subida de Lula da Silva à Presidência significou uma inflexão nas diretrizes da política externa brasileira que impactaram diretamente nas negociações comerciais herdadas do governo anterior. As intenções anunciadas de maior aproximação com países do Sul global repercutiam não só sobre os interesses europeus e norte-americanos, mas também nos projetos domésticos de setores como o agribusiness. Entretanto, a margem de



manobra era restrita: “preservada a política macroeconômica do governo FHC, o agribusiness mantinha seu poder de barganha, devido, entre outras razões, à sua grande capacidade de geração de superávit na balança comercial do país” (DELGADO, 2007, p. 180).

Além do mais, o timing das negociações se mostrou desfavorável ao Mercosul, às voltas com os impactos da desvalorização do Real e a crise argentina que se agudizava. Assim, o bloco sul-americano não teve condições de responder a oferta da União Europeia de “liberalização progressiva” que acenava com a concessão de um pacote de reduções tarifárias considerável (ONUKI, 2012). Com efeito, a exemplo da Alca e das negociações multilaterais na OMC, os trâmites do Acordo de Associação Mercosul-UE entraram em compasso de espera a partir de 2004. Do lado brasileiro, isso deu concretude à nova estratégia negociadora do governo Lula que teve um de seus pontos altos na formação do G-20 (OLIVEIRA, 2012a; CARVALHO, 2010).

Contudo, ao contrário das outras negociações em questão, o acordo Mercosul-UE continuou a ter desdobramentos mesmo após o congelamento das conversas oficiais por parte do governo brasileiro. Duas plenárias do Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia (sigla em inglês MEBF – Mercosur European Union Business Forum) ainda foram realizadas em 2004 e 2007. A primeira, em Buenos Aires, teve o objetivo principal de avaliar o desenvolvimento da Rodada Doha e seus impactos nas relações Mercosul-UE, bem como encorajar a retomada das negociações. A segunda ocorreu em Lisboa e teve lugar logo após um fato marcante: o lançamento da Parceria Estratégica entre a UE e o Brasil (TOMAZINI, 2012).

A elevação do Brasil à condição de parceiro estratégico da UE em detrimento do Mercosul aprofunda ainda mais a assimetria que caracteriza as relações entre os blocos. Primeiro porque a Europa tem condições de ofertar ao Mercosul um mercado único com mais de 500 milhões de consumidores, em oposição à inexistência de um mercado único no Mercosul. Segundo porque o peso econômico de cada um dos blocos no comércio internacional é muito desigual: em 2010, a UE participou de 17% do comércio global, enquanto o Mercosul apenas 1,05% (OLIVEIRA, 2012b; TOMAZINI, 2012). Logo, a participação de 80% da economia brasileira no PIB do Mercosul é que torna o acordo de associação interessante aos europeus, não o estreitamento de laços entre os blocos. “O

Mercosul se encaixa, do ponto de vista da UE, em sua estratégia global de promover a integração em países democráticos, mas isso não significa que seja estratégico (TOMAZINI, 2012, p. 83).

Por outro lado, esse panorama também foi determinado pelo papel de liderança do Brasil no âmbito do G-20, que despertou novamente as atenções da UE. Mas as negociações multilaterais tinham ainda outro efeito sobre o avanço das conversas entre os blocos: a UE argumentava que possuía apenas um “único bolso” (single pocket) a ser utilizado nas negociações internacionais e portanto, qualquer oferta ou desoneração a ser feita para o Mercosul estaria sujeita primeiramente às conclusões da Rodada Doha. Nesse sentido, o impasse instalado em 2008 na OMC atuou para que as discussões entre o Mercosul e a UE fossem retomadas em 2010 nos itens menos controversos, incluindo até mesmo a ajuda humanitária ao Haiti, naquela época recém atingido por um grande terremoto (ONUKEI, 2012).

Acima de tudo, essa retomada das negociações aconteceu num contexto diverso daquele do início dos diálogos. Tanto os efeitos da crise financeira de 2007/2008 foram sentidos diferencialmente pelos blocos, como o ambiente político e respectivas coalizões de defesa se modificaram. Por certo, a Europa foi mais diretamente afetada pelos efeitos da crise internacional recente e isso tende a tornar a posição negociadora da UE muito mais agressiva para acessar mercados e incrementar suas exportações. Em consequência, se o diálogo entre os blocos já era difícil quando a composição do acordo de associação disputava espaço com outras agendas comerciais (OMC e Alca), agora a UE tende a focar no fechamento de parcerias substanciais para a recuperação econômica do bloco, como a mega área de livre comércio que está sendo negociada com os EUA. Sobressai, outra vez, o caráter periférico do Mercosul sob a ótica da UE que não é meramente econômico: “preocupa muito mais o alargamento das fronteiras da UE, a questão energética com a Rússia e o crescimento da China” (TOMAZINI, 2012, p. 80).

Conforme exposto previamente, as injunções do ambiente político e econômico são determinantes para a alterar a correlação de forças entre coalizões de defesa nos vários subsistemas de policy. De tal modo que, mutatis mutandis, o poder de influência da coalizão liberalizante capitaneada pelo agribusiness tem sido suficiente para fazer valer suas percepções e estratégias nos rumos da política comercial externa brasileira. Embora o empresariado industrial nacional ainda

tenha preferência por uma aproximação com os EUA<sup>6</sup>, “o governo está focado na troca de ofertas com os europeus para um futuro acordo de livre- comércio Mercosul-União Europeia” (MELLO, 2013). Ou seja, a dinâmica do trade policy-making, em alguma medida, reflete um rearranjo de forças entre as coalizões do empresariado brasileiro em favor dos setores exportadores de commodities, tendo como carro-chefe o agribusiness.

Por certo, a alta nos preços internacionais desses produtos favoreceu essa maior capacidade de conversão de peso econômico em influência política que, apesar de precária e limitada, mostrou-se vigorosa ao longo dos últimos 15 anos. Tanto é assim que a visão do agribusiness não é apenas um interveniente externo ao jogo político que se processa no interior da agência diplomática. Tampouco as conexões deste setor junto aos diplomatas se resume a coincidências fortuitas. A posição de adido agrícola, criada pelo Decreto nº 6.464 (BRASIL, 2008), colocou representantes da visão do agribusiness como membros de missões diplomáticas brasileiras permanentes junto aos principais parceiros comerciais do país<sup>7</sup>.

## **Considerações Finais**

Este trabalho procurou lançar luz sobre alguns traços do trade policy-making a partir das inter-relações que se estabelecem entre Estado e setor privado sob a forma de coalizões de defesa caracterizadas por disputas, alianças e filiações que cristalizam diferentes facções dentro de um determinado subsistema de políticas públicas sob a égide de visões político- normativas que fornecem propósitos e dão fôlego à coalizão. Tendo como pressuposto que a política externa brasileira, em especial as negociações comerciais internacionais, pode ser caracterizada como política pública porque desencadeia efeitos distributivos internos e, ipso facto, mobiliza forças políticas domésticas em sua órbita. A

---

<sup>6</sup> “Em discurso para 200 empresários americanos em Denver (EUA), o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, afirmou que o Brasil deveria fechar um acordo de livre-comércio com os EUA e deixar em segundo plano o Mercosul para avançar em outros tratados importantes” (MELLO, 2013, p. B1).

<sup>7</sup> Nos termos do documento oficial, o foco de atuação deste pessoal é subsidiar os embaixadores brasileiros com informações qualificadas principalmente em temas sanitários e fitossanitários. O processo de seleção foi realizado exclusivamente entre os servidores de carreira do Ministério da Agricultura e suas agências e os aprovados foram destacados para trabalhar nas missões do Brasil junto à União Europeia (Bélgica), OMC (Suíça), Rússia, China, Argentina, África do Sul, Japão e Estados Unidos.

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) mostrou-se um lócus privilegiado nesse sentido: foi criada para fazer valer as visões de mundo do empresariado no bojo das negociações da Alca e acabou desempenhando, simultaneamente, um papel de espaço de articulação e diferenciação de ideias e interesses entre os diferentes segmentos do setor privado.

As negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia fornecem indícios sobre o rearranjo de forças que marcou a ascensão e o fortalecimento de uma coalizão mais liberalizante liderada pelo agribusiness que logrou orientar decisivamente as agendas da política comercial externa tanto nas arenas multilaterais como bilaterais. No entanto, o esforço aqui desenvolvido, longe de esgotar a problemática em tela, apenas fornece algumas linhas gerais para adentrar e, quiçá, avançar nesse debate. Por isso, uma extensa agenda de pesquisa nesse campo continua em aberto. Vale mencionar, a título de exemplo, a necessidade de investigação sobre o processo de abertura e politização da política comercial externa e os canais de participação apropriados pela sociedade civil organizada para escrutinar a inserção internacional do país. Nesse sentido, considera-se que o referencial de *advocacy coalitions framework* se mostrou válido para dar conta de algumas feições desse cenário complexo e multidimensionado.

## REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris; ARAN, Ammon. *Foreign Policy Analysis: new approaches*. New York: Routledge, 2012.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 6.464, de 27 de maio de 2008. Dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo*. Brasília, 28 mai. 2008.

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy J. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy in the Cardoso-Lula era. *International Political Science Review*, v. 30, n. 2, 2009.

CARVALHO, Maria Izabel V. de. Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados*, v. 53, n. 2, 2010.

COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA. Posicionamentos da CEB sobre as estratégias brasileira nas negociações comerciais. 2005. Disponível em [http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia/fp-negi.htm?URL=negocia.nsf/web\\_negocia\\_html?openform](http://www.negociacoesinternacionais.cni.org.br/negocia/fp-negi.htm?URL=negocia.nsf/web_negocia_html?openform). Acesso em 14 jan. 2014.

DELGADO, Nelson G. Negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula: avanços e impasses. In: LIMA, Eli N. de; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto J. (Orgs.). Mundo Rural IV configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: Edur, 2007.

FARIA, Carlos Aurélio P. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.

\_\_\_\_\_. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 1, 2012.

GRISA, Cátia. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (Orgs.). *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. Relações Internacionais e políticas públicas: a contribuição da análise de política externa. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio P. de (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MANCUSO, Wagner P.; OLIVEIRA, Amâncio J. de. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, n. 69, 2006.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio P. de (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Negociações internacionais: acordos dos quais o Brasil é parte*. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=405>. Acesso em 11 mar. 2014.

MELLO, Patrícia Campos. Indústria brasileira propõe firmar acordo de livre-comércio com EUA. *Folha de São Paulo*, 14 nov. 2013.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Ivan Tiago M. As negociações comerciais do Brasil: uma estratégia em três trilhos. *Boletim Meridiano* 47, v. 13, n. 134, 2012a.

OLIVEIRA, Ivan Tiago M. The political economy of Brazilian trade policy: implications for Mercosur-European Union negotiations. In: *Mercosur European Union dialogue* (publicação eletrônica Apex-Brasil – no prelo), 2012b.

OLIVEIRA, Ivan Tiago M.; MILANI, Carlos R. S. Atores não estatais e trade policy-making no Brasil: análise dos interesses e das estratégias da CEB e da REBRIP. *Dados*, v. 55, n. 2, 2012.

ONUJI, Janina. Political aspects of the EU-Mercosur Agreement. In: *Mercosur European Union dialogue* (publicação eletrônica Apex-Brasil – no prelo).

PIZZETA, Diego E. A Coalizão Empresarial Brasileira nas negociações da Alca. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SABATIER, Paul. Advocacy coalition framework (ACF). In: BAUSSAGUET, L. et al. (Org.). *Dictionnaire de politiques publiques*. 2 ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2006, p. 42- 51.

SANTOS, Fábio P. Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil. Tese (Doutorado). EAESP/FGV, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, 2006.